

# O uso de fontes de arquivos dos poderes Executivo e Legislativo em estudos de imigração e colonização

The use of sources from the Executive and Legislative Branches' archives in immigration and colonization studies / El uso de fuentes de archivos de los poderes Ejecutivo y Legislativo en estudios de inmigración y colonización

---

## Rosane Marcia Neumann

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em História pela Freie Universität de Berlim, Alemanha. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Brasil.  
rosaneneumann@gmail.com.

## Paulo Rogério Friedrichs Adam

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus Panambi, Brasil.  
paulo.adam@iffarroupilha.edu.br

---

## RESUMO

O presente estudo traça um panorama amplo do que o historiador pode procurar e encontrar nas fontes documentais produzidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Como as possibilidades são múltiplas, o enfoque será reduzido à temática imigração e colonização, centrando a discussão nos arquivos históricos municipais e estaduais do Rio Grande do Sul.

*Palavras-chave:* arquivos; Poder Executivo; Poder Legislativo; imigração e colonização; Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

The present study provides a broad overview of what the historian can look for and find in the record sources produced by the Executive and Legislative power. As the possibilities are multiple, the focus will be reduced to the theme of immigration and colonization, centering the discussion on the state and municipal archives of Rio Grande do Sul.

*Keywords:* archives; Executive power; Legislative power; immigration and colonization; Rio Grande do Sul.

## RESUMEN

El presente estudio proporciona una visión general de lo que el historiador puede buscar y encontrar en las fuentes documentales producidas por los poderes Ejecutivo y Legislativo. Como las posibilidades son múltiples, el enfoque se reducirá al tema de la inmigración y la colonización, centrando la discusión en los archivos estatales y municipales de Rio Grande do Sul.

*Palabras clave:* archivos; Poder Ejecutivo; Poder Legislativo; inmigración y colonización; Río Grande del Sur.

*É uma dúvida própria de quem imagina que tudo na vida se pode fazer seguindo cuidadosamente uma linha reta, que é sempre possível ir de um lugar a outro pelo caminho mais curto; talvez que algumas pessoas, no mundo exterior julguem tê-lo conseguido, mas aqui, onde os vivos e os mortos partilham o mesmo espaço, às vezes há que se dar muitas voltas para encontrar um destes, há que rodear montanhas de maços, colunas de processos, pilhas de verbetes, maciços de restos antigos, avançar por desfiladeiros tenebrosos, entre paredes de papel sujo que se tocam lá no alto; são metros e metros de cordel que vão ter de ser estendidos, deixados para trás, como um rastro sinuoso e subtil traçado no pó; não há outra maneira de saber por onde ainda falta passar, não há outra maneira de encontrar o caminho de volta.*

(Saramago, 2003, p. 167-168)

## Apresentação

A obra literária *Todos os nomes*, de José Saramago, publicada originalmente em 1997, traz em sua narrativa a descrição da estrutura e funcionamento cotidiano de um cartório de registro civil, em uma cidade imaginária antiga. Apresenta ao leitor, inicialmente, o espaço físico do cartório, os funcionários e suas atribuições; em seguida, a organização e distribuição da documentação, dividida em “documentos dos vivos” e “documentos dos mortos”. Os registros do cartório reúnem todos os nomes e o cotidiano de funcionamento da instituição, acompanham o nascer e o morrer da população local: o nascimento, um novo nome no registro; a morte, a passagem do registro do arquivo ativo ao passivo, cuja temporalidade o relegava ao espaço mais afastado e escuro, em meio ao pó, ao caos de documentos e ao esquecimento. No cartório, para circular com segurança entre as estantes e documentos, o uso do fio de Ariadne foi tornado obrigatório, como um meio seguro para reencontrar o caminho do retorno, carregando consigo o registro solicitado. Tal medida de cautela foi implantada após um historiador se perder no breu do arquivo e só ser encontrado dias depois (Saramago, 2003).

A narrativa de Saramago (2003) conduz o leitor pelos labirintos de um arquivo, mostrando-o por dentro, como uma instituição com um acervo ativo – que tem uma funcionalidade no cotidiano da sociedade – e um arquivo passivo, o qual gradualmente cai no esquecimento, tomado pela escuridão e pelo caos. Todavia, o ritmo de funcionamento da instituição é quebrado raras vezes pela aparição de algum historiador, com um problema de pesquisa, o que implicava acessar justamente essa documentação dos subúrbios mais afastados. Nessa situação, o historiador, como o estranho a esse espaço, depende do sistema de busca do arquivo, atravessado pelo saber e disponibilidade do funcionário encarregado pelo arquivamento e localização da documentação.

O documento, na leitura de Jacques Le Goff (1996), pode ser considerado um monumento, uma vez que foi preservado intencionalmente, dentre tantos outros que se perderam. Contudo, o documento, na qualidade de produção, tem uma circularidade e funcionalidade, e somente quando as perde é descartado ou depositado no arquivo, onde é reencontrado pelo historiador, já fora de seu contexto original.

Nessa condição, o presente estudo traça um panorama amplo do que o historiador pode procurar e encontrar nas fontes documentais produzidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Como as possibilidades são múltiplas, o enfoque será reduzido à temática imigração e colonização, centrando a discussão nos arquivos do Rio Grande do Sul.

### O historiador no arquivo

Para o historiador, o objeto de pesquisa é o seu fio de Ariadne. A sua pergunta, delimitada e pré-definida, lança o historiador ao arquivo e à seleção de suas fontes. Referindo-se ao trabalho do historiador nos arquivos, Giovanni Levi escreve:

Eu o considero muito semelhante ao trabalho dos antropólogos, porque estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, [em] que muitas vezes não encontramos significado. Da mesma forma que fazem os antropólogos quando estão em campo: em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado. Como uma iluminação, Deus ou um anjo diz o que ela significa. Por isso, os documentos mais interessantes não são os cotidianos, banais, evidentes para nós, mas sim os que dizem algo que, de imediato, para nós, é incompreensível, misterioso, porque nos sugerem a alteridade com o que estudamos, mas, ao mesmo tempo, há algo que devemos interpretar e dar coerência com os outros documentos evidentes e banais, já que os outros tendem ao anacronismo, porque os entendemos como se fossem documentos atuais. Diante do documento “incompreensível”, entendemos que há algo que deva ser reorganizado. Esse é o trabalho dos antropólogos. Vão a uma ilha do Pacífico e passam dias sem saber de nada realmente; olham, escutam e, uma hora, começam a perceber as lógicas. Mas a lógica deve permanecer local e não pode ser geral. (Levi, 2014, p. 2)

A investigação no arquivo, fascinante para a maioria, demanda tempo, habilidade, conhecimento e domínio do tema e dos meios de busca. Paralelamente, negociação com os atendentes de pesquisa, adoção de novas estratégias de busca e inserção em redes de pesquisa. Na trajetória da pesquisa e escrita dos

resultados, é necessário renunciar a muitas certezas e concepções pessoais e escutar os documentos, suas lacunas, ausências e silêncios, como datados no tempo e no espaço, para não cair em armadilhas, tomando falsificações como verdades absolutas.

Os historiadores devem ter muitíssima fantasia porque têm um inimigo escondido fundamental: os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos – um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? Todos os documentos notariais – que são a fonte mais interessante para os historiadores – estão situados em ação e decisão. Fazemos testamento, dote, compra e venda, empréstimos, coisas que são ações, mas falta muita coisa. É importante para o historiador e sua fantasia ler as entrelinhas do documento. (Levi, 2014, p. 10-11)

Estudar os deslocamentos migratórios históricos e contemporâneos é haver-se com a fantasia, como menciona Giovanni Levi, para responder a questionamentos iniciais: quem migra? Quem permanece? Por que um migra e o outro, nas mesmas condições, permanece? Quais foram/são os itinerários percorridos? Qual a articulação das/entre as redes migratórias? Os documentos trazem indícios e explicações ao processo migratório sob a lente das conjunturas socioeconômicas, políticas ou religiosas, entretanto, ao se adentrar no espaço privado do sujeito, os vestígios tornam-se cada vez mais tênues, enquanto as perguntas se multiplicam.

A documentação sobre e/imigração não está concentrada em um arquivo específico e, mesmo dentro do arquivo, pode estar nos mais diferentes fundos documentais. O e/imigrante também é escorregadio na documentação, está ausente em muitos registros e reaparece nos locais mais inusitados. É comum escapar dos registros oficiais, seja no porto de partida, seja no local de chegada; altera o itinerário de sua viagem e trajetória posterior; oculta sua formação e ocupação profissional; tem seu nome registrado de formas distintas, por razões as mais diversas. Enfim, acompanhar a trajetória do e/imigrante, desde seu local de partida até seu local de chegada, requer o acesso a múltiplos arquivos e cruzamento de múltiplos dados. O rol de possibilidades de documentos é amplo, incluindo: registros de saída e entrada de imigrantes; registros de compra e venda de propriedades; registros paroquiais de batismo, casamento, óbito;

registros judiciais como inventários, testamentos, dotes; documentação de associações diversas, como escola, igreja, entidades sociais e associativas; processos-crime; documentos pessoais como cartas, diários, fotografias, pinturas; publicações impressas, como jornais, almanaques, relatos de viagem, autobiografias; ainda, toda documentação oficial produzida pelo Estado.

Porém, o excesso de documentos tem suas implicações. Segundo Levi,

nós, modernistas, usamos mais documentos do que cérebro e os do contemporâneo só usam a documentação. Isso é uma tragédia, um paradoxo, mas acho que esse problema da nossa relação com os documentos deve abandonar o fetichismo da documentação. Devemos usar muita fantasia em nosso trabalho. Não inventar coisas, nem criar documentos falsos, e sim ver nos fragmentos que nós temos, que perguntas nos sugerem. (Levi, 2014, p. 11)

Todavia, os estudos sobre os deslocamentos populacionais se beneficiaram com a incorporação de novas fontes de pesquisa – a revolução documental, tratada por Jacques Le Goff (1996) –, bem como o diálogo com outras áreas do conhecimento – a exemplo da antropologia e da sociologia –, e o uso de metodologias diversas para acercar-se de seu objeto de análise, com abordagens qualitativas, quantitativas e seriais. Recentemente, uma nova linha de investigação aborda as migrações na perspectiva da história comparada, da micro-história e, ainda, da história global. O estudo de trajetórias migratórias individuais e coletivas tem revelado novos aspectos desses movimentos populacionais.

## Documentação dos poderes Executivo e Legislativo

Os arquivos públicos concentram a documentação produzida na instância pública. Nas últimas décadas, o volume dessa documentação tem se multiplicado, por um lado, pelo aumento da burocracia, por outro, pela disponibilidade de tecnologias capazes de reproduzir um mesmo documento em grande escala.

Os historiadores, por sua vez, ocuparam-se por muito tempo com a documentação disponível nos arquivos públicos; só recentemente, com a multiplicidade de temas e métodos, empenharam-se em recolher documentos do uso privado e formar arquivos para guardá-los. A produção historiográfica, isto é, a leitura e sistematização dos documentos, seguiu uma trajetória semelhante, havendo-se fundamentalmente com os métodos de leitura e análise do documento, mas não com a produção e arquivamento.

Essa tendência acompanhou a própria produção historiográfica. Michel de Certeau, em *A escrita da história* (2000), seguido por Peter Burke, com a coletânea *A escrita da história: novas perspectivas* (1992), traçaram respectivamente a formação do campo de pesquisa e atuação da história, como ciência, e as novas perspectivas de pesquisa e as interpretações historiográficas do final da década de 1980. No mesmo sentido, no Brasil, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas organizaram a obra *Domínios da história* (1997), ampliada com *Novos domínios da história* (2012), analisando estudos e abordagens em sintonia com as discussões historiográficas mais recentes, especialmente de matriz francesa e inglesa. Essas análises trazem os temas em evidência, os modismos historiográficos, e os temas marginais, considerados como menores – por exemplo, movimentos migratórios.

Entretanto, a temática dos arquivos e sua organização como objeto de estudo do historiador é uma questão do tempo presente. Contribui para isso o crescimento da produção historiográfica no fim dos anos 1990 e primeira década do século XXI, que trouxe à tona a preocupação em relação às tipologias de fontes e seu mapeamento nos arquivos brasileiros. Para o historiador, é fundamental entender o fluxo da produção e circulação do documento, como um produto na sociedade, com uma funcionalidade, para dessa forma saber onde buscá-lo, bem como traçar as possibilidades de sua circulação e, na sua ausência no arquivo, cogitar possibilidades de onde encontrá-lo. Aqui, é fundamental conhecer a estrutura administrativa do período em estudo. Ainda, ter presente que o documento não foi produzido para o arquivo, muito menos para o historiador.

Um dos trabalhos que buscaram sistematizar a preocupação do historiador com as fontes e os arquivos, e que se tornou referência para novos estudos, foi a coletânea *O historiador e suas fontes* (2009), organizada por Carla Bassanezi Pinsky e Tânia de Lucca, na qual os autores arrolam as diferentes tipologias de fontes disponíveis, possibilidades e métodos de estudo. Em seu artigo *Uso e mau uso dos arquivos*, Carlos Bacellar (2008) faz um estudo didático e sistematizado das tipologias de documentos encontradas nos diferentes arquivos, quanto ao agente produtor, bem como traz um apanhado geral que aborda o cotidiano do pesquisador em um arquivo, passando pela coleta e tratamento dos dados, demonstrando ainda sua preocupação em relação à própria conservação do documento.

No quesito da documentação, Bacellar (2008) apresenta a estrutura dos arquivos por fonte produtora, dividindo-os em arquivos do Poder Executivo, arquivos do Poder Legislativo, arquivos do Poder Judiciário, arquivos cartoriais, arquivos eclesiásticos e arquivos privados. Todavia, a distribuição dessa

documentação no arquivo concreto é variável. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers) e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e, mais recentemente, o Memorial da Assembleia Legislativa, dividem a documentação, e nem sempre há uma lógica clara para o historiador sobre a razão do documento estar em um local ou no outro. E, mesmo nos arquivos públicos, é possível encontrar documentação privada, em fundos específicos. Isso para dizer que a tipologia é válida, mas, na prática, nem sempre funciona ou é clara.

Interessa-nos aqui, como recorte, os arquivos dos poderes Executivo e Legislativo. Os arquivos do Poder Executivo, de modo geral, guardam: correspondências, incluindo ofícios, requerimentos, telegramas; listas nominativas, como de votantes; matrículas de classificação de escravos; listas de qualificação de votantes; documentos sobre imigração e núcleos coloniais; matrículas e frequências de alunos; documentos de polícia; documentos sobre obras públicas; documentos sobre terras; mapas diversos. Em geral, estão sob a guarda dos arquivos públicos municipais, estaduais e do Arquivo Nacional. Já nos arquivos do Poder Legislativo encontramos as atas e registros diversos, arquivados nas câmaras municipais, nas Assembleias Legislativas dos estados, ou em arquivos diversos (Bacellar, 2008).

Os meios de busca dos arquivos, nos quais consta a documentação e sua organização, são fundamentais ao funcionamento do arquivo e à pesquisa do historiador, logo, compreender e dominar essas ferramentas de busca é importante. Evidente, como já foi apontado, nem sempre há guias de busca, ou não são claros, e inúmeras vezes o historiador vai tateando em meio a um universo de documentação arquivada, mas não organizada, em busca de alguma pista. Ainda, há as ausências, provocadas por extravios, descartes, apropriação privada, incêndios.

## Possibilidades de pesquisa e temas

Os arquivos, em nível federal, estadual e municipal, guardam a documentação concernente à legislação, os registros de imigrantes e os dados estatísticos produzidos pelos diferentes órgãos, dados econômicos, as discussões parlamentares, enfim, o esboço geral da política de imigração e colonização.

No Rio Grande do Sul, a documentação do Executivo sobre imigração e colonização está sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), onde constam os registros de entrada de imigrantes, sua localização nas colônias, a documentação das colônias públicas, a correspondência expedida e recebida entre as diferentes autoridades, os relatórios da Secretaria de Obras

Públicas – em parte no Memorial do Legislativo –, relatórios diversos, legislação.<sup>1</sup> Outra parcela, no que se refere à documentação de terras, inventários, testamentos e processos-crime, está sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). Já a documentação parlamentar, composta pelos discursos dos deputados,<sup>2</sup> relatórios, diário oficial e documentos de parlamentares, encontra-se no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Parte importante também foi publicada pelo jornal *A Federação*, na qualidade de documentação ativa.

Os relatórios de presidente de província e as mensagens do presidente do estado, do período de 1829 a 1930, estão disponíveis on-line, no Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago, e também na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o que muito contribui para a pesquisa.<sup>3</sup> São documentos relativamente extensos, que versam sobre uma gama de assuntos também variada, atinentes às funções do poder público; informam sobre as políticas de colonização implementadas pelos governos, por um lado, e os inúmeros problemas com que a administração se viu às voltas. Assim, esses relatórios trazem informações valiosas sobre o desenvolvimento econômico, da agricultura e do trabalho dos colonos assentados nos núcleos coloniais, contratos de imigração e colonização particulares, além de outros indícios. A discussão presente nos relatórios pode ser lida como uma sistematização oficial e panorâmica das grandes discussões que perpassavam o período do qual trata, que podem ser esmiuçadas e aprofundadas na documentação das secretarias do governo, nas diferentes esferas de poder, via ofícios, relatórios, cartas, bem como em níveis locais, nas correspondências das câmaras municipais.

Como exemplo, a Mensagem do Presidente do Estado, publicada no relatório de 1896, visava delimitar a política imigratória a ser adotada na República, ao discutir a viabilidade da imigração e colonização para o estado, tendo em vista que em 1896 a União retirou o subsídio ao serviço de colonização. Nesse contexto, a estratégia do governo rio-grandense, de base positivista, foi apoiar oficialmente a imigração espontânea, auxiliando apenas no transporte e no

---

1 A legislação relativa à imigração e colonização do Império e República, em nível federal e estadual até 1914, foi reunida e publicada por Luiza Iotti (2001).

2 Parte destes também foi publicada em coletânea organizada pela historiadora Helga Landgraf Picollo (1998).

3 Provincial Presidential Reports: Rio Grande do Sul [Relatório de Presidente de Província]. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/gras.ht>. Acesso em: 10 nov. 2018. Relatório de Presidente de Província – Império. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 10 nov. 2018.

estabelecimento do imigrante. A retirada gradual de quaisquer subsídios abriu espaço para atuação da iniciativa privada. Como consequência imediata, o número de imigrantes entrados no estado se reduziu nos anos seguintes, e por decorrência, os gastos.

Todavia, na leitura do chefe republicano rio-grandense Júlio Prates de Castilhos, essas medidas não afastavam os imigrantes do estado, visto que havia inúmeros pedidos de colonos já estabelecidos, solicitando facilidades para vinda de seus parentes e conterrâneos – ou seja, o estado valia-se das redes familiares e sociais para alimentar o fluxo migratório. Para Castilhos, “importa encaminhar e desenvolver a imigração denominada espontânea, única a que sou doutrinariamente adeso, por ser a mais profícua e destituída de perigos no ponto de vista nacional e no tocante à normalidade da atividade agrícola”.<sup>4</sup> Por essa razão, no Rio Grande do Sul,

felizmente, a colonização constitui uma exceção moralizadora, que nos é assaz honrosa. Ela não equivale aqui à importação de simples trabalhadores ou assalariados, a tanto por cabeça, que formam ordinariamente uma massa flutuante ou movediça, inassimilável e refratária aos nossos costumes e às nossas leis, encerrando um verdadeiro perigo nacional. O colono aqui se transforma logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem-estar na sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se afetuosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade doméstica como pronto resultado do seu trabalho honesto e frutífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento, acatando as leis e as autoridades com uma reverência inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas mágoas, como se tivesse nascido nesta terra privilegiada.<sup>5</sup>

O esboço do projeto de imigração e colonização previa a manutenção do modelo de colonização vigente, baseado na pequena propriedade agrícola, associado ao projeto de nação em discussão, que perpassava pela assimilação do elemento estrangeiro. Já Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos na política,

---

4 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Júlio Prates de Castilhos em 20 de setembro de 1896. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’A Federação, 1896, p. 24.

5 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Júlio Prates de Castilhos em 20 de setembro de 1896. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’A Federação, 1896, p. 24-25.

representou a continuidade de seus preceitos ideológicos. Defendeu como política de estado dotar as colônias de uma infraestrutura básica para seu desenvolvimento, o que na prática significava construir estradas de rodagem, vias fluviais e a ferrovia, para facilitar o escoamento da produção, a circulação de mercadorias e pessoas. De acordo com Borges de Medeiros, “não basta introduzir o imigrante; é mister, outrossim, preparar a colônia para recebê-lo, dotando-a de todos os melhoramentos imprescindíveis”.<sup>6</sup>

Segundo o governo do estado, a imigração espontânea, embora numericamente reduzida, voltada para agricultura, transformava o imigrante de imediato em pequeno proprietário, evitando, assim, uma massa de população flutuante, migrando de um lugar para outro, como ocorria em São Paulo.<sup>7</sup> Aqueles já radicados ao solo “servirão de exemplo e incentivo aos que necessitarem imigrar”.<sup>8</sup> Assim, a espontânea e ininterrupta corrente imigratória “continua a ser fator preponderante no povoamento feraz do vasto território rio-grandense. Atraído pelas condições excepcionais de solo e de clima, bem como por outras vantagens materiais e morais, o colono encaminha-se voluntariamente para a nossa terra, sem nenhum vislumbre de coação oficial”.<sup>9</sup> Em maio de 1914, o governo do estado rescindiu o acordo celebrado com a União, em agosto de 1908, referente à instalação de imigrantes introduzidos no país pelo Serviço de Povoamento do Solo, cessando, a partir de então, as entradas de novas levas (Neumann, 2016).

Dentre os documentos do Poder Executivo estão os relatórios da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas (Senop), nos quais se incluem os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização (DTC). No período da Primeira República, a função de diretor foi ocupada de 1908 a 1928 pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves, positivista religioso, responsável por elaborar e implementar as políticas de colonização no Rio Grande do Sul.

---

6 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1899, p. 24.

7 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura em 20 de setembro de 1902. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1902.

8 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 5ª legislatura em 20 de setembro de 1906. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1906, p. 18.

9 Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1899, p. 23.

Na estrutura administrativa, a documentação de imigração e colonização passava por essa secretaria, que era responsável pela implementação e fiscalização dos projetos do governo. Ao discutir a questão da imigração subsidiada, em 1903, o secretário dos Negócios das Obras Públicas, João J. P. Parobé, afirmou que como não era possível seguir o exemplo dos Estados Unidos, de só permitir a entrada de imigrantes com recursos suficientes para se estabelecerem, “devemos contentarmos-nos com a pequena imigração, pois assim não recearemos as perturbações que podem trazer as grandes massas e poderemos, sem grande ônus, atender aqueles que para aqui vêm trabalhar conosco e achar o bem-estar e muitas vezes a riqueza que não tinham conseguido no país natal”. Aliás, o desenvolvimento da imigração além de certo limite obrigaria à fundação de novos núcleos coloniais, mais afastados dos centros consumidores e de exportação, onde a falta de meios de comunicação “obrigaria o colono a arrastar uma vida de quase miséria, por não achar comprador para os seus produtos e, quando achasse, seria por valor tal que talvez não desse para a parca manutenção da família”.<sup>10</sup> Ademais, como os imigrantes, na sua maioria, contavam com poucos recursos financeiros, quanto mais numerosos, mais elevadas também seriam as despesas.

Já a Diretoria de Terras e Colonização, ao abordar a questão, justificou que o governo tinha por objetivo dar maior atenção aos imigrantes já instalados, e nessa perspectiva haviam definido as medidas a serem implementadas em relação ao serviço de colonização: “medidas relativas à instalação dos agricultores e medidas relativas à nacionalização gradual dos de origem estrangeira.” Salientava que, dada a elevada população colonial no estado, a medida foi bem recebida por parte dos “humildes colonos até os próprios empresários particulares de colonização”. Acrescentava:

Porque testemunhando o estabelecimento [do] intrusamento do excesso de população dos antigos núcleos coloniais, já em terras do domínio público, já do domínio privado; conhecedores, por experiência própria, da superioridade dos colonos velhos e seus descendentes, comparados aos imigrantes recém-chegados; confrontando o rápido progresso das regiões colonizadas por aqueles com o lento evoluir dos núcleos povoados por imigrantes, apresentava-se-lhes logo a seguinte indagação,

---

<sup>10</sup> Relatório da Diretoria Central. 1903. Ao Exm. sr. dr. João José Pereira Parobé, secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas. Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. sr. desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de estado João José Pereira Parobé. 31/7/1903. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1903, p. 9. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 11.

que mais de uma vez ouvimos formular: por que o estado não aproveita o numeroso elemento colonial que possui, e, em vez disso, promove a instalação dispendiosa de mais imigrantes?<sup>11</sup>

Ainda havia razões de ordem política e moral, contrárias à rápida elevação artificial da população do Rio Grande do Sul. Logo, a realocação do elemento colonial não implicava ônus ao estado, cujos recursos poderiam ser aplicados no melhoramento das colônias. No mesmo relatório de 1915, a Diretoria de Terras e Colonização informava que a população de estrangeiros e descendentes formava mais de um terço da população total do estado. Desses, 60% eram de origem germânica e eslava, e 40%, latina. A assimilação desse contingente à população nacional era urgente e necessária. Para viabilizar esse processo, apontava como medidas: cessar a instalação de mais imigrantes; instalar e proteger o elemento genuinamente nacional, bem como organizá-lo em colônias mistas; desenvolver a viação nas colônias para permitir maior contato entre a população; difundir a instrução primária.<sup>12</sup>

Na prática, essas medidas políticas da imigração e realocação do excedente populacional da antiga zona colonial implicaram o avanço da fronteira agrícola para a região norte do estado, onde se formou a “nova zona colonial”, ou as chamadas “colônias novas”, via atuação da iniciativa privada – individual ou de empresas – e a iniciativa pública – estadual ou municipal. Atendendo aos propósitos oficiais ou à rápida nacionalização dos elementos estrangeiros, as colônias deveriam ser etnicamente mistas, como, por exemplo, a colônia de Ijuí (1890). No entanto, no que se refere à iniciativa privada, esse quesito nem sempre foi a regra, e o governo não dispunha de mecanismos eficientes para interferir, permitindo, assim, a formação de colônias étnicas, como a colônia Neu-Württemberg (Panambi), fundada em 1898 pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer (Neumann, 2016).

Os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização também trazem os relatórios detalhados das comissões de Terras e Colonização, espalhadas pelo estado, responsáveis diretas pela efetivação da colonização, no que se refere à medição,

---

11 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exmo. sr. general Salvador Aires Pinheiro Machado, vice-presidente, do estado do Rio Grande do Sul. Secretário de estado engenheiro João José Pereira Parobé. 31/8/1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação. 1915, p. 83-84. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 40.

12 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exmo. sr. general Salvador Aires Pinheiro Machado, vice-presidente, do estado do Rio Grande do Sul. Secretário de estado engenheiro João José Pereira Parobé. 31/8/1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação. 1915, p. 83-84. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 40.

verificação e legitimação de posses, formação de colônias, cobrança da dívida colonial, venda de lotes, negociação e mediação entre proprietários, posseiros, lavradores nacionais, colonos, indígenas, estado e Judiciário, no quesito propriedade da terra. Cabia às comissões o levantamento das terras privadas e devolutas, e a elaboração de mapas e plantas. Sendo assim, os relatórios apresentam dados estatísticos de terras, colonos, imigrantes, produção, construção de estradas, orçamento, descrições das colônias, conflitos. Já na documentação da Comissão de Terras e Colonização, em vários casos, há cópias dos documentos em arquivos regionais, como é o exemplo de Ijuí, no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP); em Passo Fundo toda documentação da Comissão de Terras e Colonização permanece sob a guarda do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF); e em Frederico Westphalen, há documentos sob a guarda do Centro de Documentação da Universidade Regional Integrada (URI). Nesses casos, trata-se de arquivos vinculados a universidades e não à instância pública.

Outra documentação de valor são as estatísticas provenientes dos relatórios da Fazenda, periodicamente publicadas nos anuários estatísticos do estado. Permitem construir séries de muitos aspectos, como preços dos produtos agrícolas e de itens de consumo, combustíveis, impostos e assim por diante. Inclusive, dependendo do conteúdo do exemplar analisado, há dados distribuídos por regiões.

O relatório municipal, por sua vez, apresenta-se como fonte relativamente rica até o ano de 1936, quando uma alteração na legislação desobrigou a presença de conteúdos mais detalhados, e a peça acabou assumindo as feições de um documento meramente contábil.<sup>13</sup> Como muitos municípios se originaram de colônias – tanto públicas, formadas pelo Império/estados/municípios, quanto privadas, fundadas por indivíduos e empresas colonizadoras –, é possível compreender muitos aspectos do desenrolar da colonização pelas informações desses relatórios. Embora muitos se detenham ao estritamente necessário, outros transbordam tanto no estilo da escrita como em conteúdo, com dados estatísticos sobre produção, exportação, contagem populacional, problemas e demandas do município, além de questões administrativas. Há variações importantes de conteúdo nesses relatórios de ano para ano e entre os municípios, mas o viés positivista, tão marcante na administração pública no Rio Grande do Sul nesse

---

<sup>13</sup> Aparece posteriormente um outro tipo de relatório publicado pelos dirigentes públicos, que se constitui numa peça de propaganda destinada a divulgar as realizações no âmbito da administração. Mantidas as devidas salvaguardas, também é fonte aproveitável.

período, acaba por se revelar no interior desses documentos pela profusão de dados. Assim sendo, de acordo com as perguntas colocadas, tais fontes podem responder inúmeras questões a contento, ou fornecer vestígios que se prestam a abrir caminhos.

A título de exemplo, o relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1924 dá conta da batalha havida no município por ocasião da passagem da Coluna Prestes, os empenhos do município em minorar os malefícios desse episódio, ou sua atuação ativa em meio àquele conflito, bem como a participação dos colonos no acontecimento, inclusive como força combatente. De semelhante modo, os relatórios de 1934 e 1935 lamentam os negativos impactos da acentuada queda no preço da banha na vida da localidade, que àquela altura se assentava na gordura do porco (Adam, 2015). Em outros anos, reclamam com frequência do grande problema representado pelas formigas nos cultivos dos colonos, aspecto muito aproveitado numa obra acerca da história ambiental na região colonial do planalto do Rio Grande do Sul (Gerhardt, 2009).

Os álbuns comemorativos são documentos produzidos fora do fluxo corrente, mas de cunho oficial, pois em sua maioria foram patrocinados ou confeccionados a mando do poder público, que quase sempre instituiu uma comissão para fazê-lo. São comuns os álbuns alusivos às datas comemorativas dos entes federados, como o centenário da Independência, o aniversário da emancipação político-administrativa do município ou do início da colonização. Além de propaganda de empresas, entidades e sujeitos que contribuíram para a edição do documento, trazem textos de diversa natureza, muitas imagens, de modo que fornecem um belo e amplo panorama da realidade de um dado lugar e momento.

O uso de fontes provenientes do poder público, produzidas no exercício de suas funções, tem sido o usual na historiografia de modo geral, e no campo da imigração não se escapou disso. Jean Roche (1969), em seu já clássico estudo, fez delas bom uso e à exaustão. São, entretanto, documentos produzidos pelos agentes do Estado. Márcio Both da Silva (2011), que também lidou com essas fontes, oportunamente alerta que podem trazer uma visão enviesada, sob o prisma dos governantes, ou um “certo otimismo”, como já disse Roche (1969, p. 796), no sentido de, no mínimo, nublar o real tamanho dos problemas enfrentados pela gestão. Entretanto, não deixam, mesmo nessas circunstâncias, de se constituir em fontes importantes. A questão é o seu uso num contexto historiográfico de novas interrogações e combinadas com outras fontes, à luz de interpretações e discussões teóricas e metodológicas que possam trazer contribuições ainda não vislumbradas (Fernandes; Neumann; Weber, 2012).

Os arquivos regionais, como o Arquivo e Museu Municipal de Cruz Alta, tem em seu acervo a documentação do Poder Executivo municipal, enquanto a Câmara de Vereadores mantém o arquivo da documentação da Câmara, onde se destacam as correspondências. As correspondências municipais constituem-se numa documentação que fornece indícios de como as políticas macro são executadas no espaço micro das colônias, no município. Logo, os estudos e relatórios fornecidos pelas câmaras municipais, descrevendo o espaço do município, as possibilidades de estabelecimento de colônias, sua visão em relação ao elemento nacional e indígena, suas expectativas em relação aos colonos, refletem o pensamento da elite latifundiária do período.

Para citar um exemplo, em 1877 a Câmara de Cruz Alta “solicitava a vinda de colonos imigrantes e oferecia gratuitamente 115 lotes aos colonos que quisessem se estabelecer às margens do rio Ijuí” (Zarth, 1997, p. 78). A oferta, mesmo que não aceita pelas autoridades superiores que detinham o poder de controle sobre a terra, sinaliza uma importante movimentação da elite regional em torno das diretrizes de uma eventual modernização da região, na qual os imigrantes eram vistos, por alguns, desempenhando um relevante papel.

Por sua vez, em Ijuí, muito da documentação produzida pela então Colônia Ijuhy, de 1890 até 1912, e posteriormente pelo município, está arquivada no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP). Ali é possível encontrar parte das atas da Câmara Municipal, cópia dos relatórios do chefe da Colônia, relatórios da Intendência e depois Prefeitura Municipal, além das correspondências expedidas e recebidas pelo poder público. Outros municípios como Santo Ângelo, Santa Rosa, Sarandi, Cerro Largo, Erechim, Panambi, para citar alguns, possuem museus e/ou arquivos históricos reunindo objetos, de fato bem mais comuns, e documentos, estes nem sempre tão abundantes.<sup>14</sup>

De modo geral, quanto aos museus e arquivos do interior, pode-se dizer que abundam acervos variados, não raramente resultantes de campanhas nas comunidades. Outras vezes, o poder público transfere para essas entidades cargas de livros contábeis em desuso, registros imobiliários, de impostos, das obras urbanas e rurais, para citar alguns, o que constitui sem dúvida a fortuna do acervo e o alívio ao doador, na medida em que o problema do armazenamento e conservação desse material muda de mãos. Em algumas dessas instituições, como o MADP de Ijuí, esses documentos estão organizados sob critérios arquivísticos,

---

14. Marcos Witt (2015) tece um excelente panorama dos principais arquivos históricos municipais, públicos e privados, destinados a conservar de alguma forma a memória e os vestígios da história, e sua importância nos temas da imigração e colonização.

o que facilita a pesquisa; em muitas outras instituições, a organização é mais intuitiva e obedece, em geral, a critérios cronológicos e, quando muito, temáticos, de domínio em geral do responsável pelo acervo.

Em linhas gerais, a documentação dos poderes Executivo e Legislativo representa o discurso oficial e administrativo, produzido para o funcionamento da máquina interna do município ou província/estado e do país. Mas, ao mesmo tempo, essa documentação é atravessada pelos sujeitos comuns, que recorrem às instâncias administrativas via abaixo-assinados, cartas, ofícios, apresentando e reclamando as suas demandas. Logo, as possibilidades de pesquisa, quando se trata de imigração e colonização, são inúmeras, e pressupõem muita habilidade do historiador no emaranhado universo dos arquivos.

### Legislação e registro de imigrantes

No Brasil, *grasso modo*, no período de 1824 até a primeira década do século XX, não havia uma lei constitucional regulamentando a imigração, ou definindo de maneira mais precisa o imigrante. A partir de 1902, com a redução da entrada de imigrantes, a legislação começou a ditar as regras e amparar os imigrantes e o Estado. A primeira lei tratando de imigração e definindo o que é um imigrante foi o decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, que aprovava as bases regulamentares para o povoamento do solo nacional. Nele, além de se indicar a preferência por agricultores acompanhados de famílias, definia-se como imigrante aqueles que viessem de portos estrangeiros com passagem de segunda ou terceira classe, por conta própria (Iotti, 2001, p. 508).

Em 1932, já no contexto do novo regime político que substituiu a Primeira República, o decreto n. 20.917, de 7 de janeiro, proibiu momentaneamente a entrada de imigrantes. Fato é que a política de imigração passou à esfera federal: a modificação principal aconteceu na Constituição de 1934, que reservou ao governo federal o serviço de imigração e estabeleceu a política de cotas que limitou a entrada de imigrantes a 2% do número já determinado. A partir de 1937, com o Estado Novo, as restrições se tornaram mais severas, e a imigração passou a ser política de Estado.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ver: Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2018. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 nov. 2018. Constituição de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constitui>

A legislação, aprovada no Legislativo e implementada pelo Executivo, seja no Império, seja na República, é o reflexo direto da concepção das elites nacionais e regionais em relação à imigração e à colonização. É nesse cenário que a elite cafeicultora se debate para obter mão de obra para os cafezais, enquanto a elite rio-grandense almeja colonos para incrementar a produção agrícola. No decorrer do Império, todas as tratativas de imigração e formação de colônias foram executadas conforme os interesses regionais, e pautadas em decretos-leis. Igualmente, a legislação define o perfil do imigrante, desde logo, mesmo que implicitamente, em desejável e indesejável, face às concepções do país que se pretendia construir, mesmo quando há silêncios no texto quanto a esse aspecto.

O registro dos imigrantes realizado no porto de entrada é um dos documentos mais importante produzidos pelo Estado, visando ao controle de entrada. Porém, é também um dos mais problemáticos para estudo. Primeiro, nem todos os imigrantes entraram pelo porto informado no local de saída. Segundo, nem todos os imigrantes entraram por via marítima direta, desembarcando no porto, pois muitos tomaram caminhos alternativos pelas fronteiras terrestres, via Argentina, Uruguai, Paraguai. Terceiro, os registros precisam ser lidos com muita cautela, visto que as possibilidades de nomes e sobrenomes variam muito, conforme o responsável pelo registro. Por exemplo, Karl transmuta-se em Carlos, Krämmer pode aparecer como Kräemmer, Kramer, Kremer. Em relação ao registro da profissão dos imigrantes, também há variações. Como aceitavam-se preferencialmente camponeses – e a maioria tinha por propósito a aquisição de um lote colonial –, muitos se autodefiniam como camponeses. Logo, esses dados para estudos estatísticos são falhos.

Outro aspecto fornecido por essa documentação refere-se à localização desses imigrantes nas colônias e à compra do lote colonial. Muitos imigrantes “somem” dos registros, quando abandonam seu lote e migram para outras regiões. Aqui temos, por exemplo, um grupo expressivo de imigrantes alemães estabelecidos já na década de 1830 em Cruz Alta e no distrito de Passo Fundo, possivelmente, que se desviaram da colônia de São Leopoldo ou São João das Missões (Agudo) e subiram, via Rio Pardo, para o planalto rio-grandense, como a família Schell, atrelando-se a atividades comerciais (Neumann; Meyrer, 2017). Embora com limitações, os registros de imigrantes permitem trabalhos de cunho estatístico, como os levantamentos de Francisco Truda (1930) e Ernesto Pellanda (1925), a compilação de listas de imigrantes, como a de Gilson Justino da Rosa (2005) e Carlos Henrique Hunsche

(2004; 1977; 1975), ou pesquisas mais recentes, que se ocupam da trajetória de imigrantes e suas redes sociais, com uma abordagem de micro-história, estudos genealógicos, comparativos, demográficos e populacionais.

## Considerações finais

Embora a confecção de grande quantidade de dados escritos, sistematizados e mantidos em algum formato físico, quase sempre papel, seja própria da atividade administrativa do Estado, sua guarda com fins de memória e futura investigação não é exatamente um elemento constitutivo de nossa cultura e nem sempre alvo de políticas públicas consistentes.

Nos municípios de menor porte, nem sempre há uma tradição de guarda da documentação oficial, mantendo-se apenas o estritamente necessário, conforme obrigações legais e por razões financeiras, na maior parte dos casos. Em termos estaduais, e talvez por conta da longa experiência governamental sob inspiração positivista, em certo sentido tão ciosa de registros exatos, o quadro parece mais alentador, pois o cuidado com a confecção dos registros se fez acompanhar da preocupação com o arquivamento e a guarda. Mas, como reconhece Marcos Witt (2015), é certo e de conhecimento geral que a maioria das instituições, e notadamente as localizadas nos municípios, não possui os recursos necessários para salvaguardar e disponibilizar adequadamente seus acervos. Isso implica que nem sempre documentos produzidos pelo poder público, que fariam a fortuna de muita investigação historiográfica, tenham a guarida adequada, acabando por encontrar a deterioração certa, senão o fogo.

Logo, a salvaguarda adequada da documentação já é um desafio, a sua organização e formação de banco de dados, interligados entre os arquivos, é um projeto em longo prazo, que depende de investimentos de pessoal, estrutura e vontade política. Sabe-se da existência de inúmeros museus e arquivos históricos, com considerável acervo, embora diversos em termos de quantidade, conteúdo e organização, que a depender das questões colocadas pela historiografia contribuirão com respostas interessantes, permitindo novas e outras abordagens, além de diálogos historiográficos.

Portanto, há muito a se pesquisar ainda no campo da imigração e colonização, desde a revisitação de temas clássicos, até a “história vista de baixo”, as trajetórias dos anônimos. E, aqui, encerramos com Saramago:

O sr. José olha e torna a olhar o que se encontra escrito no verbete, a caligrafia, escusado seria dizê-lo, não é sua, tem um desenho passado de moda, há trinta e seis anos

um outro auxiliar de escrita escreveu as palavras que aqui se podem ler, o nome da menina, os nomes dos pais e dos padrinhos, a data e a hora do nascimento, a rua, o número e o andar onde ela viu a primeira luz e sentiu a primeira dor, um princípio como o de toda a gente, as grandes e pequenas diferenças vêm depois, alguns dos que nascem entram nas enciclopédias, nas histórias, nas biografias, nos catálogos, nos manuais, nas coleções de recortes, os outros, mal comparando, são como a nuvem que passou sem deixar sinal de ter passado, se choveu não chegou para molhar a terra. Como eu, pensou o sr. José. (Saramago, 2003, p. 36-37)

## Referências

- ADAM, Paulo Rogério Friedrichs. "Ouro Branco": o porco e a banha em Ijuí (1890-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UPF, Passo Fundo, 2015.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Domínios da história: ensaios de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (org.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O ano de 1826 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrôpole, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, 1975.
- IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Caxias do Sul: Educus, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2016.
- \_\_\_\_\_; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. 1 ed. v. 1. Erechim: AllPrint Varela, 2017. p. 159-188.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. *Coletâneas de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães 1824-1853*. Porto Alegre: EST, 2005.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Planeta

DeAgostini, 2003.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro/Niterói: Eduff, 2011.

TRUDA, Francisco de Leonardo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

WITT, Marcos. Arquivos históricos municipais e seu *affaire* com as temáticas de imigração e colonização. *Revista Confluências Culturais*, v. 4, n. 1, mar. 2015.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

---

Recebido em 6/8/2020

Aprovado em 22/4/2021